

# A PANDEMIA DE COVID-19 COMO FATOR QUE EVIDENCIA A VULNERABILIDADE NA SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

A entrevista com a pesquisadora Fernanda Viegas Reichardt, colaboradora do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, foi realizada entre os meses de abril e maio de 2020. O objetivo foi dialogar acerca do panorama das terras indígenas diante da pandemia de Covid-19. Bacharel em Direito, com doutorado em Ecologia Aplicada, a pesquisadora vai além do tema relacionado à pandemia e afirma que a questão da saúde é uma das bases da vulnerabilidade dos povos indígenas brasileiros. Seu envolvimento em estudos multidisciplinares sobre a temática indígena permite apontar que a desinformação e a ausência do Estado nas aldeias impedem o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. A entrevistada faz parte de um grupo de pesquisadores que procura reverter esse contexto a partir da colaboração científica, da realização de estudos de caso e da promoção de ações de extensão.



Fernanda Viegas Reichardt, pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA, USP). Congresso de Educação Indígena, Brasília, Brasil, 2019. Foto: Jurandir Sirdiwe Xavante.

**Caio Rodrigo Albuquerque**

Mestre em Comunicação, jornalista.

[caioalbuquerque@usp.br](mailto:caioalbuquerque@usp.br)

## Apresentação

Epidemias e doenças contagiosas são fatores que escancaram a vulnerabilidade dos povos indígenas brasileiros. Historicamente foi assim, desde que cada aldeia iniciou seu contato com a civilização urbana. O desenrolar da pandemia causada pelo novo Corona vírus entre as populações originárias do Brasil tem tudo para se configurar em mais um desses trágicos capítulos, reflexo do usual distanciamento praticado pela sociedade e talvez da relativa e gradual postura de escamotear as aldeias promovida pelas esferas de governo, em todas as suas instâncias.

No caso da Covid-19, o boletim epidemiológico publicado em 20 de maio de 2020, pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SESAI), registrava 27 óbitos causados pela doença em terras indígenas brasileiras (desse total, 13 ocorreram na região do Alto Rio Solimões). Havia, ainda, segundo a publicação do SESAI, 156 casos suspeitos, 526 confirmados, 271 curados, 633 descartados e 217 infectados atualmente. A plataforma *on-line* ligada ao Ministério da Saúde disponibiliza ainda um mapa do Brasil onde o internauta pode acessar a situação em cada um dos trinta e quatro Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) de onde são levantadas as informações gerais.

Em um comparativo bem simples, saltamos para o site da Plataforma Quarentena Indígena e percebemos que por lá o panorama do contágio da Covid-19 em terras indígenas brasileiras é bem mais preocupante. Essa plataforma traz informações levantadas pelo SESAI e por organizações ligadas a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e os registros, até 19 de maio de 2020, eram de 107 indígenas falecidos, 716 indígenas contaminados com Corona vírus, totalizando 45 povos atingidos.

O impacto dessa pandemia é mais uma ameaça levada pelo homem branco e a contaminação nas aldeias pode ser ainda mais aguda se considerarmos o modo de vida comunitário que historicamente persevera entre essas populações que ocupam principalmente o Norte do território nacional brasileiro.

Mesmo com exceções, na cobertura jornalística perdura o tom comedido na abordagem do risco que correm essas populações. À medida que o vírus avança pelo interior do País, provavelmente a pauta indígena e os efeitos da pandemia ganhem um acompanhamento mais próximo da mídia. Fato é que, na cobertura diária, quando normalmente não há na pauta grandes tragédias para retratar, raramente a temática indígena vira notícia. Por ora, ainda tem faltado fôlego à mídia local para abordar o tamanho do problema nas aldeias. Desinformação, precariedade no acesso aos serviços públicos e risco eminente de desabastecimento formam uma tríade que ameaça muitas aldeias de forma extremamente grave. O panorama anuncia uma das mais severas crises sanitárias, que ameaça dizimar parte dessas comunidades.

Por outro lado, a nossa entrevistada, Fernanda Viegas Reichardt, faz parte de um grupo de pesquisadores que têm se dedicado à temática indígena de forma reflexiva e prática. Ao mesmo tempo em que está envolvida na produção de conhecimento acerca do povo xavante que habita a Terra Indígena Pimentel Barbosa (localizada no nordeste do Estado do Mato Grosso), Fernanda tem se empenhado, durante a pandemia, na coordenação de campanhas que fazem chegar fardos de arroz e feijão, óleo de cozinha e outros mantimentos à aldeia Etenhiritipá, onde convivem cerca de 600 indígenas<sup>1</sup>.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Povos indígenas;  
Xavantes;  
Fernanda Viegas  
Reichardt;  
pandemia;  
Covid-19.

### **PALABRAS CLAVE**

Pueblos indígenas;  
Xavantes;  
Fernanda Viegas  
Reichardt;  
pandemia;  
Covid-19.

### **KEYWORDS**

Indigenous;  
Xavantes;  
Fernanda Viegas  
Reichardt;  
pandemic;  
Covid-19.

Fernanda é bacharel em Direito, doutorou-se em Economia Aplicada no campus Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba (São Paulo, Brasil), e hoje atua como pesquisadora colaboradora no Instituto de Estudos Avançados (IEA), também da USP, desenvolvendo projetos ligados à questão da saúde indígena, mais especificamente trabalhando com dados de crianças com até 5 anos de idade.

Desde 2012, seus estudos já abordaram a questão indígena sob vários prismas, incluindo o modo de vida, a segurança energética e hídrica, a governança e políticas públicas e até mesmo impactos não mitigados pela instalação da Usina de Belo Monte. O que nos aproximou para esse diálogo foi a questão da pandemia causada pelo novo Corona vírus e como isso deve impactar o modo de vida dos povos indígenas.

A conversa inicial resultou em um episódio do podcast Estação Esalq, produção da Divisão de Comunicação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), onde a pesquisadora divulgou sua campanha de arrecadação de alimentos em favor da aldeia a qual mantém contato próximo e destina a maior parte da sua produção acadêmica. E nesta entrevista avançamos diante da oportunidade de compreender um pouco mais acerca da problemática indígena.

Para a pesquisadora, um dos pilares que dificulta a proteção dos povos originários brasileiros é a desinformação, resultado da ausência do Estado, da fragilidade das políticas públicas e da não adaptação da linguagem produzida em Língua Portuguesa para o contexto dos 305 povos oficialmente reconhecidos, que somados se comunicam em mais de 270 línguas.

Sua fala traz um rico relato sobre o processo relativamente recente que marca o processo de aproximação das pessoas que vivem na aldeia Xavante Etenhiritipá com a sociedade urbana e como o relacionamento com o entorno não é tarefa das mais amigáveis. Fica evidente que, vivendo em territórios demarcados, essa aldeia, assim como tantas outras, acaba transformando-se em ilha cercada por um contexto civilizatório que pouco considera questões culturais cristalizadas desde muito tempo entre os indígenas.

No caso específico da aldeia Xavante Etenhiritipá, trata-se de uma comunidade que conheceu o homem branco na metade do século 20 e as pessoas mais velhas dessa aldeia ainda preservam lembranças do período em que viviam seminus. Mais ainda, o fluxo entre aldeia e cidade ainda rareou por décadas e, até hoje, poucos são aqueles com domínio pleno da Língua Portuguesa. Para saberem sobre o que ocorre no 'mundo lá fora' recorrem à televisão, que só chegou por lá junto com a energia elétrica, a partir de 2014.

No que tange à temática da saúde indígena, outro fator preocupante no caso da Covid-19 é a subnotificação que, segundo a pesquisadora, já é uma realidade diante de outras enfermidades, mesmo as mais simples. As informações que ela traz a partir da vivência e dos estudos nos quais esteve envolvida trazem significativo estarrecimento ao revelar que a diarreia ainda leva a óbito dezenas de indígenas, que passam a fazer parte de uma sombria estatística de causa da morte desconhecida. "Como ajudá-los se não sabemos do que estão morrendo? Na prática, o que temos percebido é a total inação do governo", frisa Fernanda.

## Formação multidisciplinar uniu ciências jurídicas e ambientais

**Caio Rodrigo Albuquerque:** Como se deu esse percurso acadêmico, que tem seu ponto de partida na área jurídica e se desenvolve hoje com vigor focado na causa indígena? Como essa interdisciplinaridade resultou no empreendimento de esforços direcionados para o povo Xavante?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Minha formação sempre foi um bom motivo para que eu iniciasse muitos dos meus relacionamentos na universidade. O fato de ter começado no Direito e depois seguir para a Ecologia Aplicada foi um salto ousado. Direito é uma grande ciência aplicada. Por exemplo, se eu for estudar Direito da Família, isso nos obrigará a entender minimamente as relações familiares. Ou se a opção for por uma carreira criminalista, muito estudo de contexto precisará ser desenvolvido até que o profissional esteja

minimamente capacitado a atender os desejos da clientela ou as demandas da sociedade nesse âmbito. No meu caso, a Ecologia Aplicada foi uma opção natural em função das questões ambientais nas quais eu estava envolvida. Assim começa a fazer lógica essa trajetória das ciências jurídicas às causas indígenas.

**CRA:** Então o ponto de inflexão foi seu doutorado. Seria interessante passarmos sobre sua tese para que definitivamente possamos compartilhar de que forma esse mergulho nas causas ambientais foi levá-la às aldeias no norte do Brasil.

**Fernanda Viegas Reichardt:** No doutorado abordei a função socioambiental das patentes de plantas geneticamente modificadas no Brasil. A base teórica que sustenta minha tese é a teoria proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007) em “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”. Este conceito propõe uma análise epistemológica da Biotecnologia Moderna que embasa a proteção jurídica de culturas geneticamente modificadas. Em suma, argumenta que o pensamento abissal caracterizado como monopólio da ciência sobre a “verdade” subsiste na Biotecnologia Moderna.

Assim proponho uma análise epistemológica da Biotecnologia Moderna que embasa a proteção jurídica de culturas geneticamente modificadas. Procuo desmitificar um conhecimento que se apresenta como raro e especializado do qual decorre um inevitável “estado de coisas”. Demonstro então que, do lado de cá da linha abissal, as incertezas científicas talvez sejam as únicas certezas. Do outro lado da linha abissal, existem ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica. Esses saberes têm sido tomados como não existentes do lado de cá da linha abissal e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna.

Finalmente, verifica-se se o direito, também “abissal”, promove a emancipação social, a partir do exame dos conceitos de “interesse social” e “desenvolvimento”. O que eu concluo com tudo isso é que percebemos a continuidade epistêmica do colonialismo no Brasil que, ao mesmo tempo em que reduz o valor da diversidade florestal ao valor de umas poucas espécies que têm valor comercial, compreende povos tradicionais como um atraso sociocultural. Assim o Direito foi um grande aliado. Meu ponto de partida na graduação e meu balizamento durante o doutorado.

**CRA:** Mas já no doutorado ocorreu seu envolvimento com algum grupo indígena específico?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Ocorre que durante o doutorado, realizado no Programa de Pós-graduação interunidades (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq/ Centro de Energia Nuclear na Agricultura – Cena) em Ecologia Aplicada, ingressei no Grupo de Estudos em Ecologia Humana, então coordenado pela professora Silvia Maria Guerra Molina. E esse grupo investigava as cabeceiras do Alto Xingu em um projeto temático, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do qual participei desde a fase escrita.

Essa iniciativa foi contemplada com apoio do Belmont Forum<sup>2</sup> e uma das grandes exigências era termos na equipe cientistas sociais articulando com as ciências biológicas. E a justificativa para a minha entrada nessa ação era estudar a violação de direitos humanos e ambientais a partir dos conflitos humanos, econômicos e sociais ocorridos na área de estudo. Assim oficialmente fui apresentada à questão indígena. A pesquisa iniciou-se ainda em paralelo ao meu doutorado e depois foi o tema central do meu pós-doutoramento, desenvolvido no Cena, unidade da Universidade de São Paulo (USP) em Piracicaba. Nesse projeto fiz muito trabalho de campo e acabei de fato mergulhando no universo indígena, principalmente com o povo Xavante.



Imagem 1. Atividade inserida no *Xingu Project: Integrating land use planning and water governance in Amazonia, towards improved freshwater security in the agricultural frontier of Mato Grosso*. Foto: Caimi Waiassé.

## A saúde é uma das bases da vulnerabilidade indígena

**CRA:** Os vários aspectos referentes à problemática da saúde continuam sendo a grande razão da fragilidade do modo de vida dessas populações?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Estou na fase final da escrita de um projeto temático coordenado pelo professor Paulo Saldiva<sup>3</sup>. A problemática da saúde e principalmente os índices e as causas da mortalidade constituem uma violação dos direitos humanos e por isso mais uma vez a sinergia que proponho pela minha formação - Direito e Ambiente - justifica a minha entrada no projeto e valoriza essa conectividade de saberes, ou interdisciplinaridade. E o grande problema da saúde indígena, antes da Covid-19, é a falta de dados.

Qualquer política pública na área da saúde, qualquer posicionamento governamental diante de alguma patologia – seja ela a Covid-19 como agora ou qualquer outra enfermidade como diabetes ou até hipertensão – exige dados. A pergunta básica é: as pessoas estão morrendo de quê? A *causa mortis* é o principal dado para podermos projetar qualquer ação em favor da população, seja ela indígena ou não. E a questão dos indígenas evidencia uma falta de dados completa sobre a *causa mortis* e o pouco que temos são óbitos inconclusivos.

Em poucas palavras, não sabemos do que exatamente eles estão morrendo. Com foco nas crianças de até cinco anos. Proponho, portanto, um diálogo entre a epidemiologia e a antropologia na investigação de óbitos mal definidos em Terra Indígena. Assim pretendo estabelecer parâmetros que viabilizem a eficácia do Objetivo 3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, que preconiza “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” em Terras Indígenas.

Ainda não temos a resposta para essa simples questão: porque eles estão indo a óbito? Um dado estatístico da Unesco registrou que, em 2014, a mortalidade infantil do povo Xavante foi nove vezes maior do que a média nacional. Esse é um índice pior do que o da Namíbia e de outros países da África subsaariana. E não sabemos o que de fato tem matado essas crianças. Estamos nessa fase primária ainda e o que me preocupa é a perspectiva de trabalhar com dados póstumos sem padrão algum, mas de algum ponto precisamos partir. O objetivo geral é traçar o perfil epidemiológico desta população no período de 2009-2019, investigando as mortes por causas mal definidas e os óbitos não notificados ao Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena. Procuo verificar ainda as possíveis causas desses óbitos de acordo com os diagnósticos definidos pelo método da autópsia verbal. A partir desse método pretendo construir esse padrão estatístico com base a em perguntas estruturadas e culturalmente válidas.

**CRA:** Creio ser necessário olhar mais de perto esse conceito da autópsia verbal. É preciso constituir uma série de perguntas adaptadas ou validadas, como você mencionou, ao contexto daqueles povos ou daquela cultura?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Sim, pois tem perguntas utilizadas na autópsia verbal empregadas no HC da USP em São Paulo que não fazem o menor sentido na aldeia. Por exemplo, a leishmaniose não consta na autópsia em São Paulo, mas na aldeia as questões envolvendo essa enfermidade fazem sentido completamente. Essa adaptação então será fundamental para iniciarmos todo nosso trajeto nesse estudo. É preciso mapear essa realidade, as condições sanitárias, o modo de vida, hábitos alimentares, entre outros aspectos. Assim espero oferecer informações consistentes e cientificamente válidas, originadas a partir de mapas temáticos que possam subsidiar políticas públicas que realmente mitiguem os riscos de mortes evitáveis desse povo, principalmente de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos.

## A desinformação como entrave no contato com a civilização urbana

**CRA:** Diante da necessidade de adaptação das informações ao contexto em questão, gostaria que você falasse um pouco sobre o povo indígena que você teve contato e a oportunidade de desenvolver suas pesquisas. Creio que eles devem ter suas especificidades enquanto aldeia e um processo histórico de contato com a nossa sociedade também particular do ponto de vista antropológico e, mais ainda, da tentativa de estabelecer uma comunicação eficaz?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Para responder essa questão é necessário apresentar minimamente o quadro povos indígenas no Brasil. Qualquer aula ou estudo sobre esse tema precisa partir, de início, com a proposta de não mencionarmos a palavra “índio” em qualquer referência a essas pessoas. O termo índio<sup>4</sup> traz em si uma concepção colonialista, enquanto que a etimologia do termo indígena conceitua como aquele que é da terra, o nativo de uma determinada região.

No caso brasileiro, quando nos referimos aos povos indígenas, estamos falando de 305 povos oficialmente reconhecidos, 278 línguas e históricos de contato com a nossa sociedade completamente diversos. Portanto a diversidade evidenciada nesses povos é equivalente à encontrada entre os “homens brancos”. Há uma diferença linguística, proveniente de diversos troncos linguísticos absolutamente diferentes, o que nos permite fazer uma associação simplista com relação às diferenças entre a Língua Portuguesa e o Mandarim, a língua oficial chinesa.

E a língua é uma das fontes da nossa cultura, pois expressa a maneira que pensamos e racionamos. As palavras são escolhidas dentro do nosso cérebro e, portanto, a língua é um ponto determinante nesse processo de aproximação entre os indígenas com a civilização urbana brasileira. No contexto dos Xavantes, por exemplo, há também uma diversidade linguística e cultural assim como existem costumes e hábitos completamente diversos entre culturas de cidades até relativamente próximas como São Paulo, a capital do estado e Piracicaba, cidade no interior distante 160 km da capital.

Feita essa ressalva, dentro da realidade que eu conheço, que é a do povo Xavante, lembremos que eles estão inseridos em nove territórios. Eu trabalhei em um deles, a aldeia Etenhiritipá, pertencente à Terra Indígena Pimentel Barbosa, que está localizada na Amazônia Legal, no cerrado, na região nordeste do Estado do Mato Grosso.

O primeiro contato dessa comunidade com o homem branco é muito recente, datado de 1946. Em outras palavras, meu pai na aldeia ainda lembra da época dos seminários, ou seja, da época do “não contato”, digamos assim. É muito recente. Os grandes caciques da aldeia atualmente são netos do Apoena, que foi o cacique com o qual a sociedade brasileira teve contato. É um processo histórico muito recente, que não transforma esses cidadãos em homens brancos logo no primeiro contato. Muito pelo contrário. Aquela terra indígena foi homologada em 1986 e desestruturou todo o sistema daquela sociedade. Dizemos que eles foram compulsoriamente aldeados. Só então percebemos o fluxo maior de pessoas entre cidade e aldeia, etapa intensificada a partir do final da década de 1990, começo já dos anos 2000.

Até hoje, qualquer informação que se faça necessária chegar até eles, ainda tem que percorrer um percurso em várias etapas. São poucos aqueles que dominam a Língua Portuguesa. Assim, a comunicação via mídia local ou nacional já enfrenta de início a barreira da linguagem. E nesse processo há que se considerar a língua falada e como ela é efetivamente apresentada às pessoas. Uma simples tradução raramente resolve a questão pois nem sempre as informações padronizadas pelas autoridades, por exemplo, estão alinhadas ao contexto social. Porque a língua, por si só, um conjunto de palavras, não é capaz de efetivar o processo da comunicação. A maneira como as palavras atingem alguém diz sobre a efetividade da mensagem em contextos tão complexos e distantes culturalmente.

No caso dessa aldeia, foco do meu trabalho, a informação via mídia vem, em grande parte, da televisão, que aliás só chegou naquelas terras a partir de 2014, quando a energia elétrica foi disponibilizada na região.



Esse é outro fator que evidencia como o contato com a nossa sociedade ainda é muito novo, vem sendo construído nas últimas décadas e ainda não se efetivou por completo para boa parte deles. Em âmbito histórico, esse processo nem se concretizou. Isso ainda nem é História de fato pois ainda está em curso.

**CRA:** Você menciona a necessidade de adaptação das informações ao contexto indígena e neste ponto aproveito para colocar, enfim, a problemática da Covid-19 nas aldeias. Assim como no caso das autópsias verbais, as informações sobre a pandemia devem também ser construídas de modo a “fazerem sentido” para os povos indígenas. Pelo seu contato com o povo Xavante, o que você sabe sobre como tem ocorrido esse diálogo de apresentação de mais uma questão de saúde que até a terceira semana de maio de 2020 já havia vitimado mais de 15 mil brasileiros?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Diante do processo histórico recente de contato com a cultura do homem branco, o que temos percebido são episódios de desinformação. No caso da Covid-19, equipes do Comitê Regional Cascalheira da Fundação Nacional do Índio (Funai<sup>5</sup>) visitaram essa aldeia na primeira quinzena de abril e alertaram para que ninguém saísse da aldeia. O cacique - que aliás fala muito bem o português e tem diploma de nível superior -, junto com seu irmão, que é diretor da escola da aldeia, colocaram o tema na assembleia local para ser discutido. Assim o tema tem sido introduzido até então, da maneira com a qual eles estão acostumados a proceder diante de qualquer decisão mais ampla com reflexo imediato em toda a comunidade.

Mas isso não é tão simples assim. Tradicionalmente, o povo Xavante tem em sua concepção de sociedade os aspectos do nomadismo, da caça e da coleta de subsistência. Ou seja, sua formação se deu como povo caçador, coletor, nômade. Mais recentemente, no início do século passado, temos registros de que começaram a estabelecer um modo de vida seminômade. E o que eu quero dizer é que uma das principais características desse povo é não praticar atividade agrícola.

**CRA:** Se, para chegar com eficácia, a informação precisa passar por etapas de contextualização, além de vencer o distanciamento social que ainda percebemos na sua fala, consequente do processo civilizatório recente, podemos afirmar que a somatória desses fatores só aumenta a vulnerabilidade desses povos diante de uma pandemia como a que estamos enfrentando?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Certamente, pois a tradução da mensagem que precisa se disseminar é feita entre eles, diante da tentativa de ultrapassar as diversidades linguísticas e de fato conscientizá-los dos riscos de saírem da aldeia. Mas lembremos que estamos falando de um povo seminômade sem domínio da agricultura e que não pode sair da aldeia. Se não fizermos nada, o desabastecimento será algo certo e trágico. Outro complicador é que eles estão altamente dependentes dos programas oficiais, principalmente do Bolsa Família e Aposentadoria Rural, e diretamente dependentes de alguém de fora para realizarem a compra de itens da cesta básica. Isso pode chocar boa parte da sociedade brasileira urbana, que preconceituosamente pode dizer que eles deveriam já ter dominado a agricultura, mas isso não é daquela cultura assim como não é da maioria das pessoas que vivem nas grandes cidades. Eu também não saberia o que fazer com um pedaço de terra e olha que eu sou filha e neta de agrônomos.

## A pandemia cercou a aldeia

**CRA:** A situação é verdadeiramente preocupante pois somamos a essa complexidade as distâncias geográficas, que no Centro-Oeste brasileiro têm como traço as centenas de quilômetros que separam os municípios.

**Fernanda Viegas Reichardt:** Esse é outro complicador e por isso essa necessidade da realização de estudos como esse no qual estou envolvida. Eu não posso entrar em uma aldeia Xavante



Imagem 2. Oficina na escola da aldeia Xavante Etenhiritipá, 2019. Foto: Fernanda Viegas Reichardt.

como eu entro no Território do Xingu. Não podemos desconsiderar ainda os 107 povos isolados e espalhados pelo território nacional. São históricos e pessoas absolutamente diferentes. No caso dos xavantes, eu sei que eles estão se organizando, mas estão com muito medo pois estão meio sem saída.

**CRA:** Daquilo que você tem vivenciado, mesmo à distância, como tem sido o acesso desses indígenas ao sistema de saúde uma vez que a situação tem se mostrado, pelas suas palavras, bem preocupante?

**Fernanda Viegas Reichardt:** A situação já era preocupante. Sempre foi. A gestão da saúde indígena é federal, ligada ao Ministério da Saúde. Houve uma tentativa de se municipalizar, mas que acabou não se concretizando. Diante daquilo que eu já vivenciei naquela aldeia xavante, antes dessa pandemia, posso afirmar que, para as coisas básicas, o sistema de saúde é praticamente inexistente para os indígenas que tenho contato.

Já no período de pandemia de Covid-19, houve o relato do óbito de uma senhora em uma aldeia vizinha, com todos os sintomas de uma gripe grave. Pelo que ouvimos os sintomas se assemelhavam mais ao de H1N1, mas não houve testagem. Não tem isso por lá e se encontrávamos por ali um quadro de subnotificação de óbitos causados por diarreia, podemos imaginar que, no caso da Covid-19, não teremos esse mapeamento.

**CRA:** Em suas pesquisas você tratou da ausência do Estado em várias instâncias sociais nas terras indígenas, incluindo a Saúde como uma das esferas esquecidas pelos governantes. Fale um pouco sobre essa precarização da presença governamental nas aldeias.

**Fernanda Viegas Reichardt:** Conforme mencionei, a subnotificação é um dos problemas que nos deixa perceber a ausência total do Estado nas várias ramificações inseridas na esfera da Saúde. Cadê a presença do Estado? A quem eles vão pedir socorro? Em um ou outro caso o sistema de saúde até auxilia, mas é algo muito incipiente. Os próprios profissionais da área da Saúde não têm o devido preparo para lidar com esse povo. Não estou afirmando que as equipes da Saúde são ineficazes, mas trata-se de um problema estatal onde eles estão inseridos e fazendo o que podem. Em abril o relato era de que não haviam luvas, nem máscaras de proteção. Trata-se uma exposição ao risco inclusive para esses poucos profissionais que estão por ali e que poderiam realizar algo mais efetivo. Na prática, o que temos percebido é a total inação do governo. Analisemos o caso do auxílio de R\$ 600 liberado pelo governo. Como eles vão fazer a retirada desse dinheiro se a Funai pediu para eles permanecerem na aldeia? Pedir para eles ficarem ali é mais uma mostra da falta de conhecimento real do problema, que impede uma gestão mais assertiva. Ou seja, percebemos por parte das autoridades é uma sucessão de atos com desconhecimento imenso.

**CRA:** Mas a Funai não realizou nenhuma ação mais efetiva? Aproveitando, gostaria que você contasse sobre a ação que coordenou para minimizar os riscos de desabastecimento na aldeia que você mantém contato.

**Fernanda Viegas Reichardt:** A Funai baixou uma portaria que foi repassada às aldeias no início de abril recomendando que as pessoas permaneçam em suas respectivas aldeias para evitar o contágio por Corona vírus, frisando que a responsabilidade para que essa medida se efetive é do cacique. Na prática, esse documento afirma que, no caso da aldeia Etenhiritipá, por exemplo, o cacique Jurandir Siridivê tem a responsabilidade de manter cerca de 600 pessoas dentro de uma aldeia com sério risco de desabastecimento e a fome rondando. É quase impossível que isso ocorra.

Por isso minha tentativa de minimizar esse risco a partir de uma campanha de arrecadação para as aldeias Etenhiritipá, Wederã e Wedezé. São 56 casas, com 15 a 20 pessoas por casa. Não basta fazer a campanha “fique na aldeia”. É preciso fazer a comida chegar até eles. Esse é propósito da ação, que pretende levar até cada uma dessas famílias cerca de 60 kg de arroz, o suficiente para mantê-los por cerca de três meses. Mas há um limite de pessoal para que a logística dê certo. Neste caso, tenho feito contatos com pessoas próximas às aldeias, com o proprietário do mercado do vilarejo mais próximo. Eu transfiro o montante arrecadado e ele me garante que a comida chega até os indígenas. É uma operação logística de guerra, mas para ajudá-los, não só agora nesses dias difíceis, sempre foi assim. Então essa espécie de governança tem



recebido apoio, por exemplo, do Ministério Público Federal. É uma instituição que tem se mostrado presente e defendido a causa. Até o mês de abril uma parte da verba transferida à Funai para ser empregada no caso de ações de combate à Covid-19 não havia sido disponibilizada, e então o MP entrou questionando. Até pouco tempo, a resposta da Funai era de que seriam enviadas cestas básicas, mas sem especificar prazo e quantidade de cestas<sup>6</sup>.

## Para além da pandemia

**CRA:** No caso dessas aldeias xavantes da Terra Indígena Pimentel Barbosa, como se dá a relação com a comunidade urbana? Há indícios de que a população local, sendo ou não indígenas, possam ajudá-los?

**Fernanda Viegas Reichardt:** As ações de auxílio são muito pontuais. A colonização daquela região também é recente, com famílias do Rio Grande do Sul e São Paulo que chegaram para trabalhar na agricultura. E existe um preconceito muito grande com relação aos indígenas, em especial em relação aos xavantes. O município de Canarana, por exemplo, abriga parte do território Xingu e parte do Xavante, mas o preconceito com relação aos xavantes é mais claro. E o contraditório desse contexto é que estamos falando de uma região muito rica, uma das maiores produtoras de soja no Brasil. Mas as pessoas com melhores condições financeiras não se tratam localmente diante de um problema grave de saúde. A solução, nesse caso, resolve-se pegando um avião para Brasília.

**CRA:** Diante de um quadro tão preocupante e ao mesmo tempo tão desconhecido da maioria da população brasileira, qual a reflexão que a sociedade urbana como um todo pode fazer?

**Fernanda Viegas Reichardt:** É importante ressaltar o fato de como a ciência atinge sobremaneira as populações em geral, não somente as indígenas. O conhecimento produzido pelos cientistas gera benefícios que são perceptíveis. Um projeto desenvolvido em 2018, com a participação do governo canadense, possibilitou levar saneamento básico para essa aldeia. Com investimento relativamente baixo, de cerca de 20 mil dólares canadenses, foram instalados chuveiros, torneiras e banheiro seco para 600 pessoas. Em 2019, nenhuma criança foi a óbito. Agora durante a pandemia é a única aldeia saneada ali e isso pode fazer uma diferença significativa pois ter uma torneira para lavar as mãos poderá ser determinante nesse caso para essa população. São ações simples, mas falta interação, falta cooperação.

**CRA:** Não é só ciência, mas boa vontade?

**Fernanda Viegas Reichardt:** Exatamente. De olhar para essas pessoas a partir de uma ciência mais humanizada. Isso pode inclusive promover uma quebra no preconceito ou desconhecimento que envolve o trabalho de campo e a extensão universitária. É fundamental o desenvolvimento das Ciências Sociais, que propõe estudos que levantam dados, que evidenciam divergências e que mudam a perspectiva diante de problemas com soluções que estão ao nosso alcance e nem dependem de grandes investimentos.

## NOTAS

<sup>1</sup> O Boletim Epidemiológico da SESAI - COVID-19 de 9 de março de 2021 registrava 44.362 casos confirmados de infectados por Covid-19 e um total de 594 óbitos em terras indígenas. Na mesma data, o boletim da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) registrava 50.114 casos confirmados e um total de 992 indígenas mortos pela Covid-19 e 163 povos afetados.

<sup>2</sup> Iniciativa internacional estabelecida em 2009, que conta com envolvimento de organizações, agências, consórcios e demais órgãos de fomento, visando aporte às iniciativas de pesquisas alicerçadas em base interdisciplinar ou transdisciplinar, com significativa contribuição aos estudos sobre mudanças ambientais em nível global. No Brasil tem envolvimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) [[www.belmontforum.org](http://www.belmontforum.org)].

<sup>3</sup> Médico, professor titular do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP. Concentra atividades de Pesquisa nas áreas de Anatomia Patológica, Fisiopatologia Pulmonar, Doenças Respiratórias e Saúde Ambiental, Ecologia Aplicada, Cidades e Saúde Humana, Humanidades e Antropologia Médica. Diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP desde abril de 2016.

<sup>4</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a palavra índio deriva do engano de Colombo que julgara ter encontrado as Índias, o “outro mundo”, como dizia, na sua viagem de 1492. Assim, a palavra foi utilizada para designar, sem distinção, uma infinidade de grupos indígenas”.

<sup>5</sup> Segundo seu site oficial, a Funai é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal [<http://www.funai.gov.br/>].

<sup>6</sup> Segundo o site da Funai, até 20 de maio de 2020 foram distribuídas 65.727 mil cestas de alimentos para famílias indígenas em todo o território nacional. Um informe publicado na homepage da Funai registra que este balanço parcial inclui os itens adquiridos com recursos próprios, doações e os provenientes de ações judiciais e que a Funai conta com mais de R\$ 20 milhões para ações de proteção aos povos indígenas no contexto da epidemia da Covid-19. No dia 20 de maio de 2020, o site da Funai publicou também uma nota de pesar lamentando o falecimento de um bebê de 8 meses, da etnia Xavante, diagnosticado com o novo coronavírus em exame divulgado na véspera. Segundo a nota, a criança residia em aldeia da Terra Indígena (TI) Maraiwatsede, localizada no município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso. Ainda segundo o informe, a morte ocorreu no dia 11 de maio.

## FONTES

Associação Xavante Etenhiritipá. A Associação Xavante Etenhiritipá (A.X.E.) tem por finalidade fortalecer a identidade do povo Xavante, proteger e divulgar o pensamento, o conhecimento, a beleza e força da cultura, buscar alternativas para uma vida digna com desenvolvimento sustentável dos Territórios Xavante: saúde, cultura, esporte e lazer, meio ambiente e educação diferenciadas, promovendo assim a inclusão e o protagonismo da comunidade, preservando os fundamentos da tradição de nosso povo. Recuperado de [<https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-Xavante-Etenhiritip%C3%A1-AXE-139450539994318/>]. Consultado [24-05-2020].

Fundação Nacional do Índio (Funai). Recuperado de [<http://www.funai.gov.br/>]. Consultado [18-05-2020].

Plataforma Quarentena Indígena. Site com dados dos impactos da pandemia de Coronavírus em terras indígenas. Tem como base registros consolidados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Os boletins da APIB congregam a apuração das organizações indígenas regionais Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembléia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa. Recuperado de [<http://quarentenaindigena.info/>]. Consultado [20-05-2020].

Podcast Estação Esalq. Produção da Divisão de Comunicação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq, USP). Recuperado de [<https://anchor.fm/esalq-midias/episodes/Estao-Esalq-292020---O-que-a-chegada-do-Coronavirus-pode-causar-nas-aldeias-indgenas-brasileiras-ed0e4r/a-a1vqj3v>]. Consultado [10-05-2020].

Saúde Indígena. Site ligado ao Ministério da Saúde que tem publicado boletins epidemiológicos com números de infectados, casos suspeitos, curados, descartados e óbitos. Os dados se referem aos indígenas atendidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. As informações são obtidas junto a cada um dos trinta e quatro Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e, após serem validados pelo Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI), são disponibilizados neste espaço. Recuperado de [<http://www.saudeindigena.net.br/coronavirus/mapaEp.php>]. Consultado [20-05-2020].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Território Brasileiro e Povoamento. Recuperado de [<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/nomes-e-classificacao-dos-indios.html>]. Consultado [18-05-2020].

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sousa Santos, B. de. (2007). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP*. Recuperado [[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004#back1](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004#back1)]. Consultado [13-05-2020].